

Portaria nº 1.477, de 18 de maio de 1970

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso V, do artigo 23, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 62.018, de 29.12.67,

Considerando o disposto no Art. 26, letra *d*, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

Considerando o Decreto Legislativo nº 3, de 1948, em que foi aprovada a convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil a 27 de dezembro de 1940 e depositada em Washington em 1965;

Considerando o que se contém no Processo nº 4.574/70, resolve:

Art. 1º. Ficam proibidos a instalação e o funcionamento de barracas, tendas, balcões, carrocinhas, móveis ou imóveis, para fins comerciais dentro do perímetro dos Parques Nacionais.

Parágrafo único. A venda de comestíveis, refrigerantes, recordações, filmes, dispositivos etc., só será admitida em locais e instalações apropriadas para esse fim, aprovados e autorizados pela Administração do Parque Nacional e dentro do Zoneamento de áreas previsto no seu Plano Diretor.

Art. 2º. É expressamente vedado o exercício de quaisquer atividades comerciais do tipo ambulante.

Art. 3º. As infrações a esta Portaria, sem prejuízo dos dispositivos previstos no Código Civil, no Código de Contravenções Penais, na Lei nº 4.771/65, na Lei nº 5.197/67 e no Decreto nº 289/67, acarretarão²:

a) embargo imediato da atividade

b) Interdição da instalação

c) Apreensão das mercadorias, que serão doadas às instituições de caridade, quando perecíveis e incorporadas ao patrimônio do IBDF, em caso contrário.

¹ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990.

² Vide as Leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 e 5.197, de 5 de janeiro de 1967. Temas 2 e 3 “Flora” e “Fauna”, págs. 60 e 359, respectivamente.

Art. 4º. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do IBDF.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Milton de Almeida Peixoto
Presidente